

Carolina Panta. *Falso Lago*. Porto Alegre: Zouk, 2023. 174 p.

Falso Lago (Editora Zouk, 2023) é a mais recente obra da autora porto-alegrense Carolina Panta. O livro explora as margens — tanto as do bairro Arquipélago, abandonado pelo poder público, quanto as de pessoas excluídas geográfica e socialmente. O "falso lago" que dá título ao romance é o Guaíba e seus afluentes, cujas águas refletem a capital gaúcha, que tomou o grande rio como parte de sua identidade. A partir dos espaços invisibilizados, a escrita de Panta emerge como um veio pulsante, revelando a força humana que enfrenta a fúria da natureza e se inscreve na cartografia do romance. Além disso, a narrativa é construída sob a marca da resistência e da determinação de mulheres.

Luciana, personagem central e narradora, conduz a história por meio de uma narrativa autodiegética que transita entre suas próprias tormentas internas e as que afetam, de forma violenta, uma Porto Alegre abandonada pelo poder público. A obra se debruça sobre um espaço da cidade esquecido e invisibilizado, distante das esferas de poder e negligenciado pelas preocupações de seus gestores. Ainda assim, esse espaço marginal impulsiona a dinâmica que conecta periferia e centro, separados pelo rio que atravessa a narrativa. Luciana emerge como a ponte entre os leitores e o universo do bairro Arquipélago, situado na Ilha Grande dos Marinheiros, dando voz e visibilidade a uma região marcada pelo abandono, mas também pela força e pela resistência.

A protagonista é uma assistente social, mãe solo de um adolescente de 13 anos, fruto de um breve romance com um professor da faculdade. Filha adotiva, ela vive com o pai viúvo e mantém uma relação conflituosa com o filho. No presente da narrativa, Luciana enfrenta uma forte depressão, lutando contra seus fantasmas internos para manter o curso de sua vida sem sucumbir. O enredo começa com a personagem a caminho de uma entrevista de emprego, após perder o cargo de professora em uma universidade privada. Desde então, ela lida com os desafios de sua nova realidade financeira, que forçou a troca da escola particular do filho por uma

instituição pública, onde ele passou a sofrer bullying. Embora não tenha sucesso na entrevista, Luciana é convocada para assumir um cargo de assistente social em decorrência de sua aprovação em um concurso público.

Luciana começa a trabalhar em um setor recém-criado pela prefeitura de Porto Alegre, voltado ao atendimento das vítimas da enchente que atingira a cidade recentemente. Após anos de descaso, foi necessária uma catástrofe para que o poder público agisse. “Uma visão muito progressista e humana do prefeito após o grande temporal” (p. 76), afirma uma personagem pertencente ao *status quo*. Ao ingressar no departamento, a protagonista assume a tarefa de cadastrar os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros e preencher fichas — números para a prefeitura e para a imprensa, não pessoas. Contrariando a lógica desumanizadora, Luciana direciona seu olhar para os indivíduos por trás dos dados, buscando enxergar as histórias e as dores que não cabem nos registros oficiais.

Quando a protagonista começa a coletar informações, os moradores da Ilha ainda enfrentam o dilema da desapropriação de suas moradias — um processo iniciado em 2014 para a construção da nova ponte do Guaíba, mas que, uma década depois, permanece inacabado:

Para a construção da ponte bonita, muitas centenas de famílias já tinham sido realocadas (foi a palavra que os responsáveis do governo federal usaram). E ali onde tinha casa ficou um monte de nada. Só uma ponte que foi desenhada desde o começo cortando essa gente no meio. (p. 81).

O problema dos alagamentos sempre foi uma dura realidade na vida dos moradores. Na Ilha Grande dos Marinheiros, a pauta é a falta: saneamento básico, água encanada — um direito apenas recentemente conquistado —, alimentação e educação dignas. À medida que percorre as ruas enlameadas e adentra os espaços degradados, a protagonista vai tomando consciência da verdadeira dimensão das dificuldades enfrentadas pelos moradores. Rapidamente, Luciana sente-se conectada ao lugar por algo que ultrapassa a função pública, a empatia ou a solidariedade. Entre os escombros de uma memória inacessível, ela busca reflexos de sua mãe biológica, que emergem com força naquele ambiente e se entrelaçam às histórias das mulheres que encontra ao longo da trilha de lama, onde suas botas de borracha insistem em chafurdar.

Em cada rosto, a protagonista enxerga alguém que poderia ocupar o lugar da mãe biológica perdida, aquela mulher que a entregara ou vendera à mãe adotiva. E, ao longo dessa travessia, imersa em um mar de esgoto, chorume e odores nauseabundos, Luciana encontra afetos e histórias. Os números projetados no telão da repartição e nos discursos políticos que instrumentalizam as tragédias humanas para angariar votos — “números preocupantes que não eram números, mas gente” (p. 76) — perdem relevância nessa jornada. As vidas ali se tornam aberturas, onde o que estava reprimido em Luciana vem à tona com fúria. A protagonista sucumbe, então, junto à enchente que também devastou o estado.

Com a nova e devastadora chuva, o descaso transformou-se em tragédia. As águas incharam o “riolagolagoa”, tornando-o uma massa caótica e imprevisível. Esse imenso amontoado de águas não só invadiu as margens, já desgastadas pela constante expansão, mas também chegou aos centros da cidade — até então insensíveis e cegos às periferias. Atingiu proporções e alturas que não apenas despertaram a atenção das instituições governamentais, mas também trouxeram o problema à atenção global. A catástrofe, então, ultrapassou os limites das ilhas e adquiriu a relevância que antes lhe era negada.

O romance, nesse sentido, vai além da mera estatística e nos apresenta histórias humanas, como a de Cláudia, a moradora de rua; Dona Lelé, que cuida dos netos enquanto a filha está presa no presídio Madre Pelletier; Janaína, a bela catadora de lixo que, apesar de cuidar sozinha de seus filhos, não abre mão de sua feminilidade e de seus desejos; e Almerinda, a idosa que mora na margem da margem, sobrevivendo com seus muitos gatos e com a ajuda dos moradores locais. A obra, assim, oferece uma reflexão contundente por meio de sua prosa sensível e bela. Ela incide sobre as vidas invisíveis, aquelas que são desconsideradas pela sociedade e reduzidas a uma imagem distorcida da pobreza, construída para gerar indiferença e até nojo – um nojo que desumaniza essas pessoas, tratando-as como subespécies, quase como se fossem animais, como o filme *Ilha das Flores* reforça ao mostrar crianças e porcos se alimentando juntos dos restos do lixo.

Nesse sentido, *Falso Lago* emociona profundamente e se torna uma obra imprescindível diante da crescente perda de humanidade que nos acomete. Carolina Panta, com seu olhar ao mesmo tempo crítico e empático, transforma as estatísticas

em rostos e histórias, trazendo à tona o que era invisível. A narrativa nos faz perceber o peso da indiferença social e a urgência de restaurar a humanidade perdida. Mais do que uma obra emocionante, *Falso Lago* é uma reflexão necessária sobre os caminhos da solidariedade, da empatia e, sobretudo, da justiça social.

Christini Roman de Lima